



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

---

**Requerimento nº /2012**  
**(Dos Deputados Arnaldo Jordy e o Luiz Couto)**

Requer a realização de audiência pública desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias com o objetivo de apresentar o contexto frente a práticas de extermínio contra adolescentes e jovens, em especialmente no norte e nordeste do Brasil.

**Justificativa**

Na última década de 2000 a 2010 quase duplicaram a mortalidade juvenil e revela “*novos padrões da mortalidade juvenil*” conforme qualifica o relatório mapa da violência 2012 publicação do Ministério da Justiça e Instituto Sangari. Em 1980 o relatório revela que aproximadamente 52,9% dos jovens morriam por conta das chamadas “causas externas”, que pode ser consideradas homicídios, mortes no trânsito e ocorrências violentas. Passados trinta anos essa mortalidade juvenil por causas externas alcançou 73,2%. Desse percentual a taxa de homicídios, responde por 38,6% de todas as mortes de jovens no ano 2010. Já 23,3% seriam mortes no trânsito. Ou seja, quase 50% de mortes juvenis envolvem homicídios e outras ocorrências violentas.

Especialistas afirmam que o fenômeno da violência juvenil tem muitas variantes e entre esta está à relação com o crime organizado, narcotráfico e o simples uso de drogas. Essa relação com certeza está intimamente ligada a práticas de extermínio que faz vítimas adolescentes e jovens em todo país e que tem se concentrado nas grandes capitais.

Em 2010 essa situação tem se tornado ainda mais grave e intensificou o que algo a Comissão Parlamentar de Inquérito no Relatório da CPI Extermínio no Nordeste, no ano de 2005 levantou quando investigou a ação criminosa das milícias privadas e dos grupos de extermínio em toda a Região Nordeste. Para exemplificar a perpetuação da problemática podemos destacar os casos do advogado Manoel Matos em Pernambuco e do Grupo de Extermínio no Ceará, envolvendo agentes de segurança pública e uma rede de farmácias, sendo que até o presente momento vítimas e familiares não tiveram resposta estatal sobre as violações sofridas, os respectivos acusados não tiveram a devida responsabilização e o contexto se agrava ainda mais com o aumento do número de casos semelhantes e pelas repercussões que ainda perduram.



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Além do extermínio de jovens há ainda o aumento potencial do número de jovens ameaçados de morte, seja pelo tráfico e o crime organizado como ainda por grupos de extermínio, milícias, entre outros. Por outro lado isso demonstra a fragilidade nos órgãos de defesa, de responsabilização e de proteção do Estado, que apresentam enormes limitações e desafios *“que hoje identificamos dos programas de proteção diante de um contexto tão adverso a efetivação dos direitos humanos, em que os grupos de extermínios multiplicam-se, inclusive com a participação de agentes do Estado, setores políticos e grupos econômicos, bem como diversas outras situações que torna complexo o enfrentamento e a devida resposta estatal”*.

Percebendo a relevância e a preocupação com a temática é que requeremos a essa Comissão de Direitos Humanos que aprove uma audiência pública sobre a questão no sentido de que esse parlamento atue fiscalizando o cumprimento das políticas de direitos humanos e ainda na promoção e defesa da dignidade da pessoa humana com o intuito de debater os Grupos de Extermínio e suas estratégias.

Sala das Comissões, 21 de março de 2012

Deputado Arnaldo Jordy – PPS/PA

Deputado Luiz Couto – PT/PB